

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REGISTRO E POSSE DE ARMAS

Hoje (19/04), a Comissão de Constituição e Justiça debateu o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, para instruir a análise do PL 3713/2019, sobre o Sistema Nacional de Armas. A CCJ ouviu 10 participantes a respeito do tema, dentre eles, representante do MJSP, representantes de Organizações não governamentais e representantes da sociedade civil. Durante as apresentações, ficaram sedimentadas as percepções gerais da importância da discussão do tema e o reconhecimento de que discutir o registro e posse de armas é tema multilateral, vez que impacta as liberdades civis, a economia, a ordem pública, a segurança jurídica, às práticas desportivas e recreativas. O senhor Fabrício Rabelo, do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (Cepedes), afirma que a situação é desafiadora para o Senado Federal, mas que é necessário reconhecer a natureza técnica da discussão. O Senhor Luciano Anechini Lara Leite, Promotor de Justiça Criminal do MS, apresenta pesquisa realizada por ele, e aponta que nunca participou de um plenário de julgamento em que uma arma legalizada foi usada para prática de homicídio. Afirma, que muito do que se propaga sobre o risco de cidadãos de bem portarem armas de fogo é enganoso. Na esteira econômica afirma que a paralisação das atividades de tiro esportivo, devido às restrições impostas pelo decreto do executivo, poderão ser irreversíveis caso o decreto não seja rediscutido. Por fim, ele afirma que não há consenso em nenhum lugar do mundo sobre o porte de armas, concluindo ser inaceitável aceitar que, mesmo com ótimas intenções, a legislação se transforme em pesadelos para a sociedade e para o setor. Nesta mesma esteira, a empresária Fabiana Venera, afirma que existem muitos mitos que dificultam o reconhecimento dos ganhos sociais que o setor pode gerar para a sociedade e para o Estado. O Coronel do Exército Brasileiro, Renato Luiz Ribeiro de Lyra, apresentou a estrutura do Exército Brasileiro para controle e fiscalização da posse e porte de armas legais no exército e os dados. O senador Flávio Bolsonaro, no uso da fala, questiona a relação estabelecida incorretamente entre aumento do número de armas e a criminalidade. De acordo com o Senador, os dados do Datasus mostram o contrário. O senador afirma que o número de homicídios teve a menor média histórica dos últimos 26 anos. Da audiência pública realizada na

data de hoje é possível crer que o debate sobre o tema será realizado levando em conta os diversos setores envolvidos no tema, contemplando os diversos atores sociais interessados na discussão e reconhecendo a complexidade e profundidade que o tema requer.